COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO

Exceptuando os casos dos arquipélagos dos Açores e da Madeira e, um pouco mais tarde, os de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe — todos eles compostos por ilhas desertas — resulta evidente que, até ao arranque da colonização do Brasil, não era política prioritária da coroa portuguesa a fixação de súbditos nacionais nas novas terras de além-mar. Alguns autores sugerem que a pequena emigração verificada nos primeiros cem anos da expansão era, também, o resultado de não ser Portugal um país tão densamente povoado como a maior parte das regiões da Europa Central, o que justificaria uma menor pressão demográfica propiciadora de um fluxo emigratório.

Convém assinalar que, por alturas do início do século XV, a população portuguesa dificilmente atingiria a cota do milhão de almas.[1] Nas Cortes de Évora de 1436 — muito antes, portanto, da expansão portuguesa poder ter feito sérios estragos na população nacional — queixavam-se já os homens de Estremoz de que havia terras inaproveitadas há mais de 60 anos, o que implicava a sua perda agrícola.[2]

Em meados do século XVI, estima-se em cerca de quarenta mil o quantitativo de portugueses que, do Brasil às Molucas, garantem o bloqueio naval, a protecção de feitorias e a guarnição das fortalezas.[3] Se admitirmos que a população portuguesa, por essa altura, atingia 1.250.000 almas, teremos que o esforço emigratório se cifrava nos 3,2%. Se este valor se não pode considerar exagerado, também tem que se reconhecer que, até essa altura, Portugal não havia edificado um verdadeiro Império em terra firme.

Mas é igualmente verdade que pouco ou nenhum cuidado parecia haver na selecção do pessoal emigrante e, bem assim, nas condições do seu transporte para terras de além-mar. Referindo-se ao início do povoamento do Brasil, escreveu Oliveira Martins:

> Os judeus, os degredados, forneciam o primeiro núcleo de população. Do reino iam carregamentos de mulheres mais ou menos perdidas. O Brasil era além disso asilo, couto e homizio garantido a todos os criminosos que aí quisessem ir morar, com a excepção única dos réus de heresia, traição, sodomia e moeda falsa.[4]

No que respeita às condições de vida a bordo das naus que partiam para a Índia e para o Brasil, vale a pena conhecer o relato que delas se fazia na época:

> Aqui me vem a curiosidade de perguntar qual é a razão porque nenhuma nau nem galeão nosso, ou vá de viagem ou de armada, nunca leva boticas nem medicamentos comuns para as febres da Linha, nem para as feridas de uma batalha, nem para o mal de Luanda, nem para nada? Uma de duas: ou é ignorância, ou escassez; ignorância não creio que seja, porque não há quem não saiba que se adoece no mar mais e mais gravemente que em terra; é logo escassez, — por não gastarem dois ou três mil cruzados nos aprestos para a saúde e vida dos passageiros e soldados, sem os quais se perde tudo: perde-se a gente, que é o mais precioso, morrendo como mosquitos e alijando-os ao mar aos peixes; e perde-se tudo, porque tudo fica sem quem o defenda das inundações do mar e violências dos inimigos. Muita vantagem nos fazem nesta parte os estrangeiros, em cujos navios vemos boticas e aprestos, muitas vezes, para curar doentes e feridos, que

[1] J. VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. II, p. 235.
[2] *Ibidem*, pág. 236.
[3] A. H. OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, Vol. I, p. 360.
[4] OLIVEIRA MARTINS, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, p. 9.

valem muitos mil cruzados: e nós escassamente levamos um barbeiro, nem um ovo para uma estopada.[5]

Ao findar o século XVII, o cronista do convento goês de Santa Mónica, escrevia, a propósito da nossa incapacidade para fixar europeus:

> Se bem que os Portugueses estejam já no Oriente há quase duzentos anos e todos os anos um grande número de homens e também algumas mulheres embarquem para lá, ainda assim, com esta multidão, não aumentaram, não aumentaram absolutamente nada, nem existe descendência directa de filhos para filhos por mais de três gerações, nem qualquer aumento natural da nossa nação que valha a pena mencionar».[6]

A preocupação em nacionalizar os habitantes dos territórios africanos surge na sequência do triunfo do liberalismo. Assim, após a revolução de 1820, foram declarados portugueses todos os indígenas das províncias ultramarinas (Constituição de 1822), facto de que a maioria dos visados jamais tomaria conhecimento. Mas era um gesto político magnânimo, bem ao gosto das ideias grandiosas de que se alimentava a classe política emergente.

Ao findar o século XIX, decorridos quatro séculos desde a nossa chegada à costa meridional da África, a população branca de Angola ronda apenas as três mil almas! Na sua maioria, no entanto, trata-se de imigração não espontânea, isto é, degredados e funcionários públicos.

Para a compreensão do estranho fenómeno da não-atracção da África como local de destino da emigração portuguesa, é necessário ter em conta a quantidade de elementos dissuasores que, durante décadas, combateram essa possibilidade. Entre esses elementos se contam o clima e as más condições sanitárias, a falta de estruturas de emprego e o receio das violências dos indígenas. Tudo isto podia chegar aos ouvidos dos potenciais emigrantes — que, nos finais do século XIX, andavam pelos vinte mil/ano — através de conversas e relatos mais ou menos fantasiosos. Mas não só. Ilustres homens de letras, cientistas e políticos trataram de pôr em letra de forma todos os motivos que, segundo o seu juízo, aconselhavam uma muito cuidadosa e controlada emigração para as colónias africanas.

Também António Enes encontrava na duvidosa qualidade da emigração portuguesa motivos bastantes para descrer do povoamento europeu de Moçambique, levado a cabo por portugueses de modesta origem. Elogiando, por contraposição, o bem-sucedido imigrante indiano na África Oriental portuguesa, sublinhava:

> Hão-de objectar-me que também o Índio emigra só com a roupa que mal lhe cobre o corpo, e todavia enriquece. Sim, mas é índio. Tem muitas utilidades e pouquíssimas necessidades. O Europeu que tentasse começar vida como ele, só começaria a morte, as mais das vezes. O Asiático mete-se ao sertão com alguns fardos de fazenda, que o patrão lhe confiou ou que ele alcançou a crédito; jornadeia a pé, dorme ao sereno, come o que o mato lhe oferece ou o que sobeja ao negro, estabelece-se numa palhota que o sol abrasa e as humidades repassam, rondado pela quizumba, envenenado pelos pântanos vizinhos, cercado por semi-selvagens, que não raro o roubam e matam. Quantos Europeus podem sujeitar-se a este regime? O comerciante português, por exemplo, que resolvesse patrioticamente empregar patrícios nas explorações sertanejas, teria de dar aos caixeiros machila, carregadores, lataria, um fardo de quinino, vinho para o jantar e

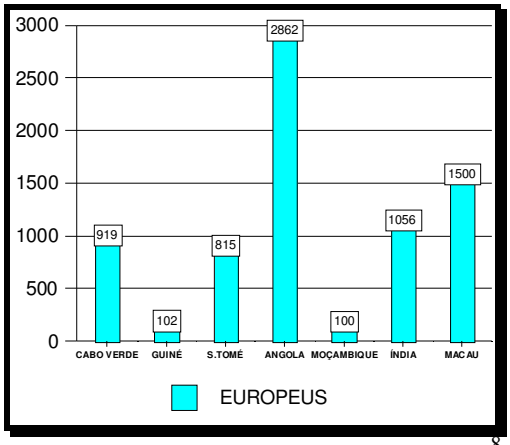
[5] *Arte de furtar*, Cap. XLI, In "Antologia dos economistas portugueses" (ANTÓNIO SÉRGIO), pp. 357-358.
[6] CHARLES BOXER, *O império colonial português (1415-1825)*, p. 138.

para o almoço e uma libra por dia; e apesar destes regalos e prémios veria muitos deles voltarem roubados e corridos pelos negros, ou declarando esmorecidos que não podiam passar sem... pão abiscoitado! Porque ainda que nada mais lhe faltasse, faltar-lhes-iam, noventa e nove vezes em cem, a paciente tenacidade do Índio, a mansidão com que atura afrontas dos indígenas, a ductilidade com que se lhe amolda aos costumes, a sagacidade com que se lhes insinua no ânimo, as gírias com que o explora sem o afugentar, com que o rouba deixando-o contente.

Só o Asiático tem todas estas prendas, e foi ele quem abriu e quem conserva abertos os mercados do interior ao comércio, que não pode prescindir desse serviço.[7]

Não é de admirar, portanto, que os valores da presença europeia nas colónias portuguesas de África atingissem níveis tão baixos como os referidos no Quadro B. E tenha-se em consideração que os europeus nele mencionados não são todos cidadãos portugueses.

QUADRO B



Europeus nas Colónias Portuguesas em 1879 [8]

Depois, importa ter em conta que parte significativa da mesma população europeia era constituída por degredados (Quadro C). «Angola foi o principal lugar de degredo: no fim do século XIX os degredados representavam 12% da população branca».[9]

Paiva Couceiro, que foi Governador de Angola de 1907 a 1909, descreve assim o universo de degredados instalado na colónia:

Sem dúvida, entre aqueles que para Angola seguem em cumprimento de degredo, há quem de todo não tenha merecido a pena que sofre, — há quem a sofra para eximir-se a reparações que lhe repugnam ao brio, — há ainda outros em quem a justiça somente castigou expansões violentas de pundonores ofendidos, ou desmandos, criminosos embora, mas apenas reflexos, sem conter ruindade inata, da educação e dos costumes de menos polidura, por ora vulgares em alguns recantos de Portugal. Sem dúvida. Mas esses serão a minoria, confundida com a grande massa de conjunto, à qual, — em promiscuidade indistinta e lastimável, de melhores e piores, de relapsos e de regeneráveis, de criminosos retintos e de indivíduos autores restritos de um crime não deprimente, — se aplica o liberalíssimo regime único do «arrombem--se as portas das prisões» que uma

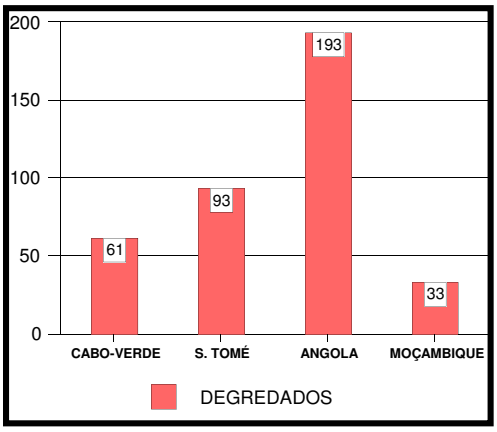
[7] ANTÓNIO ENES, *Ibidem*, p. 55.
[8] OLIVEIRA MARTINS, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, pág. 189.
[9] ORLANDO RIBEIRO, *A colonização de Angola e o seu fracasso*, pág. 132.

cidade civilizada só em regra tem a temer da Desordem Vermelha em dias de revolução brutal.

Depois, exemplifica o tipo de actividades preferidas pelos mesmos degredados na cidade de Luanda:

> Chama-se das «Ingombotas» um dos bairros da cidade, onde se aglomeram alguns milhares de nativos. Como porta-voz das nossas funções de instrutores e de educadores, por entre essa grande família de tutelados, — uma instituição única, até 1907, a «Escola Municipal do Carmo» mal se fazia ouvir, modestamente pousada a um dos cantos da pobre casaria. Pois em paralelo com esta insuficiência lamentavelmente notória, que tão-somente a falta de recursos pode, — não desculpar, — mas talvez atenuar, um pouco, — deixávamos nós, — e aqui é que não há desculpas nem atenuantes que nos salvem, — trabalhar em liberdade dentro do coração do mesmo bairro «vinte e uma» tabernas de venda de água ardente, das quais «onze» propriedade de ex-condenados por crimes de roubos, furtos, passagem de moeda falsa e semelhantes proezas de louváveis quilates.[10]

QUADRO C



Degredados nas Colónias Portuguesas em 1870-74 [11]

Já em pleno século XX, o afluxo de emigrantes continua a ser de pequena monta e de modesta qualidade. «A colonização de Angola, com excepção de alguns funcionários e empresários de indústrias e de plantações, é um afluxo de gente modesta, pobre e até miserável, como os madeirenses da Huíla e os camponeses analfabetos nos colonatos do Estado».[12] Por alturas da implantação da República existem em Angola menos de 10 000 colonos europeus e em Moçambique pouco mais de 5000.[13] Mesmo depois do impulso dado em Angola à captação de colonos, patrocinado pela dinâmica governação de Norton de Matos, os valores registados por volta de 1930 não vão além de 40 000. Em 1950, a população branca de Angola cifra-se em 78 826 e a de Moçambique em 48 213.[14]

Em 1953, a Lei Orgânica do Ultramar dispõe que a penalidade de «degredo» não se cumpra mais nas Províncias Ultramarinas. Tal facto não impediu, todavia, que opositores políticos do regime salazarista continuassem a ser enviados compulsivamente para as colónias, quando se tornavam incómodos, como foi o caso, entre outros, do Dr. Mário Soares.

---

[10] PAIVA COUCEIRO, *Angola*, pp. 164-165.
[11] OLIVEIRA MARTINS, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, p. 192.
[12] ORLANDO RIBEIRO, *Ibidem*, p. 153.
[13] A. H. OLIVEIRA MARQUES, *Ibidem*, Vol. II, p. 381.
[14] RUI FERREIRA DA SILVA, *O Advento do Estado Novo e o Acto Colonial*, In "Portugal no Mundo" (Dir. Prof. Luís Albuquerque), Vol. 3, p. 369.

Ao findar o período colonial em Angola (1974-75), o número de africanos brancos, isto é, brancos nascidos em Angola, não deve ultrapassar os 100.000.[15] Quando o volume de retornados nos aparece calculado em cerca de meio milhão, há nesse número, além deste grupo, emigrantes recentes e não poucos mestiços e negros.

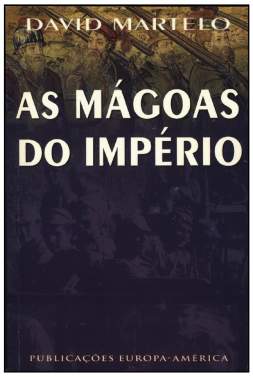
A emigração tardia para Angola de famílias de brancos, em vez de se processar mediante a sua integração na *elite* mestiça local, acabaria por ser a principal causadora da sua marginalização, afastando-se a sociedade daí resultante do tipo de convivência mista em que progredira a colonização do Brasil. Nessa rotura com a sociedade local, desempenha um papel decisivo a crescente presença de mulheres europeias.

> Com os progressos da medicina sanitária e com os colonatos oficiais vieram as esposas, que vêem com maus olhos as atraentes moças de cor e impedem os maridos de dar largas ao natural pendor para as encantadoras pretas e mulatinhas.[16]

Assim, ao iniciar-se a década de 1970, encontravam-se em Angola, entre colonos e militares metropolitanos com suas famílias, largas dezenas de milhar de europeus. Todavia, raramente se ligavam à sociedade mestiça que, em grande medida, pontificara na sociedade angolana anterior a 1961. É desse grupo social que vai sair boa parte dos quadros que sustentarão, após a independência, o governo e as forças armadas angolanas do MPLA.[17]

David Martelo – 1998

Leitura complementar



[15] ORLANDO RIBEIRO, *Ibidem*, p. 19.
[16] *Ibidem*, p. 153.
[17] Movimento Popular de Libertação de Angola.